



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO

ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**A LÍNGUA COMO UM ATIVO NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA
ECONOMIA PORTUGUESA**

MARISA ALEXANDRA DA PALMA CARDOSO

JANEIRO-2015



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

A LÍNGUA COMO UM ATIVO NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA
ECONOMIA PORTUGUESA

MARISA ALEXANDRA DA PALMA CARDOSO

ORIENTAÇÃO:

VITOR MANUEL ALVARES ESCÁRIA

JANEIRO-2015

Aos meus pais, pois sem eles não teria conseguido chegar a esta fase, à minha irmã e à família Dinis, pela hospitalidade e contributo de excelência.

Resumo

Na conjuntura atual, o sucesso dos países a nível internacional é uma condição fundamental para o seu crescimento económico. Nas dinâmicas impostas pela globalização, emergem novos protagonistas e novas parcerias estratégicas, onde a língua tem um papel crucial, pelo que, a crescente atenção dos Estados na implementação de medidas, permite explorar as oportunidades nas economias que partilham a mesma língua e estão próximas culturalmente. Uma maior coerência na promoção da presença internacional e a utilização dos recursos endógenos, é fonte de valor acrescentado que cria riqueza, aumenta a produtividade e contribui para alcançar o pleno-emprego. Assim, esta dissertação procura enquadrar a relevância da língua enquanto elemento chave da internacionalização, desenvolvendo igualmente um estudo de caso.

Palavras-chave: Internacionalização; Língua; Economia; CPLP; SG Coin

Abstract

In the current context, a country's economic growth strongly depends on its success at an international level. Among the dynamics imposed by globalization, new protagonists and new strategic partnerships where the language spoken plays a critical role, emerges. Therefore, States have been giving growing attention to the implementation of measures that allow for the exploration of opportunities in the economies that share the same language and culture. A greater coherence in the promotion of international presence and the use of indigenous resources is the source of added value that creates wealth, increases productivity and contributes to reaching full-employment. This thesis assesses the relevance of the spoken language in the internationalization of an economy and studies the case of a specific Portuguese company.

Keywords: Internationalization; Language; Economy; CPLP; SG Coin

Siglas e Abreviaturas

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, antiga API -

Agência Portuguesa para o Investimento

AO - Angola

BC – Balança Comercial

BR - Brasil

Camões, I.P - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEOP - Comissão de Economia e Obras Públicas

CPI - Centro de Promoção de Investimentos

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CTRG -Central Térmica de Ressano Garcia

CUT - Custos Unitários em Trabalho

CV – Cabo Verde

EDM - Eletricidade de Moçambique

EFTA – *European Free Trade Association*

EMN - Empresas Multinacionais

EUA – Estados Unidos da América

GW – Guiné-Bissau

GQ – Guiné Equatorial

HIPC - Índice de Preços no Consumidor Harmonizado

IDE – Investimento Direto Português

IDEP - Investimento Direto Português no Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ISCTE-IUL - ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa

FMI – Fundo Monetário Internacional

LP – Língua Portuguesa

MZ – Moçambique

OLP – Observatório de Língua Portuguesa

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PLOP – Países de Língua Oficial Portuguesa

PCLE - Países do Centro e do Leste da Europa

PE – Dados preliminares

PEC - Pacto de Estabilidade e Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequena e Média Empresa

PO – Dados provisórios

PT - Portugal

SME – Sistema Monetário Europeu

SPG - Sistema de Preferências Generalizadas

ST – São Tomé e Príncipe

TCRE - Taxa de Câmbio Real Efetiva

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TP – Timor Leste

UE – União Europeia

Esta dissertação foi escrita ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

Índice

Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – Economia da Língua	2
2.1 – Definição	2
2.2 – Gerações	3
Capítulo 3 – A língua portuguesa	5
3.1 – A língua portuguesa no contexto internacional	7
3.2 - O valor económico da língua portuguesa	9
3.3 - A língua como um ativo na economia.....	10
Capítulo 4 – A economia portuguesa	11
4.1 - Internacionalização da economia portuguesa.....	14
4.1.1 - Comércio internacional	15
4.1.2 – IDE e IDEP	17
4.2 - Fluxos populacionais.....	19
4.2.1 - Fluxos migratórios	19
4.2.2 - Fluxos turísticos	21
4.3 – Política externa e ação dos Estados	22
Capítulo 5 – Estudo de caso	24
5.1 – SG Coin - Apresentação	25
5.2 – O processo de internacionalização	26
5.5 - Considerações finais.....	28

Capítulo 6 – Conclusão	30
Bibliografia.....	31
Anexos.....	34
Anexo A – Definição dos 10 parâmetros do Barómetro de Calvet	34
Anexo B – Instrumentos de política comercial	35
Anexo C – Comércio internacional	36
Quadro C.1 – Rácio comércio total/PIB, PT	36
Quadro C.2 - Taxa de cobertura, PT.....	37
Quadro C.3 – Exportações de PT para CPLP	37
Quadro C.4 – Exportações de PT, Milhões de euros.....	38
Quadro C.5 - Peso do comércio internacional com CPLP, PT.....	38
Quadro C.6 - Peso das exportações para CPLP, em relação ao PIB de PT.....	39
Anexo D – IDE e IDEP	39
Quadro D.1 - IDE em PT, Milhões de Euros	39
Quadro D.2 - IDEP, Milhões de Euros	40
Anexo E - Fluxos populacionais.....	40
Anexo F – Guião da entrevista ao administrador	41

Capítulo 1 – Introdução

Atualmente, vive-se um ritmo de crescimento muito desigual nos vários países, em que a força das economias emergentes é extraordinária e economias mais avançadas perdem dinamismo económico. Perante o futuro incerto dessas economias, com foco nas europeias, a intensificação das relações comerciais e económicas, dentro e fora da UE, a inovação e a diferenciação dos processos e dos produtos constituem a condição necessária para a superação das dificuldades e da crise estrutural de competitividade dessas economias. No caso de PT tanto pode gerar-se um ciclo virtuoso de crescimento, aquando da consciencialização das oportunidades associadas à cultura e língua, como pode desvirtuar-se perante o não aproveitamento das oportunidades associadas à expansão das economias com as quais partilha a língua. Pelo exposto, o presente estudo tem como objetivo contribuir para a fundamentação de melhorias estratégicas e de ação, no quadro dos estados que compõem a CPLP, de modo a realçar o potencial da LP, enquanto instrumento de fortalecimento da competitividade e internacionalização da economia portuguesa, mesmo consciente das dificuldades relativas à escassez de bibliografia sobre o tema e base de dados fidedignas. No capítulo 2 apresenta-se a Economia da Língua como um objeto de estudo e a sua evolução ao longo das últimas décadas, o capítulo 3 contextualiza a LP a nível internacional e a sua importância na interação com outras línguas e o capítulo 4 apresenta a evolução da economia portuguesa, sob a influência da língua, em quatro dinâmicas: comércio internacional, IDE, fluxos populacionais e fluxos turísticos e observa ação dos estados na promoção da língua, nomeadamente, no contexto da CPLP. De modo a potenciar as ideias deste estudo e transpondo para um caso real, o capítulo 5 é o estudo caso da PME portuguesa, SG Coin, na vertente do investimento num PLOP.

Capítulo 2 – Economia da Língua

A língua é, na prática, um pré-requisito para a existência da economia como hoje a conhecemos sendo inevitável que se tornasse objeto de estudo, para muitos economistas, que tentam estabelecer uma relação entre a mesma e a economia (Silva, 2013). Considerada como instrumento privilegiado de comunicação entre os indivíduos, a língua desempenha um papel crucial na organização da atividade produtiva e indispensável à divisão do trabalho. (Silva, 2013).

2.1 – Definição

A Economia da Língua, atualmente, ainda é um campo um tanto desconhecido, mas mesmo num plano secundário, cada vez mais, ganha maior notoriedade. Os estudos, como disciplina com identidade própria, surgem em meados de 1960 (Reto, 2012) e tiveram início com Jacob Marschak (1965), pelo artigo “Economics of language”, publicado no periódico Behavioral Science. Aquele artigo foi dos primeiros a investigar as razões que levam a que algumas línguas sejam mais difundidas que outras (Silva, 2013) e desencadeou uma série de estudos, diferenciados, de natureza e aplicação empírica (Reto, 2012). Utilizando uma perspectiva económica, formulou uma série de suposições acerca da língua, tal como a definição, dirigido ao alcance de um determinado objetivo, por parte dos agentes (Marschak, 1965). Mais especificamente, e utilizando a definição de François Grin, já utilizada em “Economic Approaches to Language and Language Planning: an Introduction”, Economia da Língua:

“(...)refers to the paradigm of mainstream theoretical economics and uses the concepts and tools of economics in the study of relationships featuring linguistic variables. It focuses principally, but not exclusively, on those relationships ion which economic variables also play apart

Grin (2014), página 7

Marschak (1965) ao atribuir a escolha da língua, utilizando metodologias típicas da microeconomia, propõe uma análise da língua em termos de custos e benefícios e por conseguinte, como produto de mercado que influencia a tomada de decisão dos agentes económicos (Silva, 2013). Após Marschak ter publicado esse artigo, vários foram os autores que iniciaram a sua investigação sobre a perspetiva económica das línguas, sendo as primeiras pesquisas realizadas no Canadá e nos Estados Unidos. Economistas canadenses, como Boulet, realizaram estudos em que compararam benefícios dos falantes de inglês em detrimento dos falantes de francês, e vice-versa. Já os norte-americanos, como Chiswick, focaram-se mais na comparação dos custos e benefícios em torno dos falantes de inglês e espanhol (Reto, 2012). Estas pesquisas, tão focadas no contexto laboral e social, influenciaram globalmente os estudos da Economia da Língua e permitiram o desenvolvimento de três gerações (Grin, 2006).

2.2 – Gerações

A primeira geração de estudos é, maioritariamente, constituída de estudos empíricos, com bases estatísticas e as suas raízes encontram-se na teoria neoclássica da discriminação de Becker. Genericamente, esta teoria considera que alguns indivíduos podem usufruir de rendimentos menores ou maiores, no mercado de trabalho, em consequência de uma decisão arbitrária do empregador. Kenneth Arrow e Edmund Phelps, em 1971, inspiraram-se na teoria supracitada e desenvolveram uma própria, considerando assim a informação imperfeita como o fator determinante para o tratamento desigual de grupos. Esta primeira geração enfatizou o papel da língua materna das pessoas, como um atributo étnico que afeta os seus rendimentos e aumenta a possibilidade de uma eventual discriminação (Grin, 2006). A segunda geração de estudos enfatiza a natureza do capital humano da língua, abrindo caminho para uma

perspetiva promotora dos vínculos entre a economia e a língua (Grin, 2006). A língua pode ser interpretada como uma habilidade e/ou competência e como uma forma de capital, visto que é uma área em que os indivíduos podem investir, deliberadamente, e obter vantagem económica (Grin, 2006). Por último, a terceira geração de estudos, iniciada por Vaillancourt em 1980, considera que a língua não é vista apenas como elemento de identidade ou de comunicação, mas também como uma soma de atributos linguísticos que, em conjunto, influenciam o nível socioeconómico dos agentes económicos. Segundo Grin, a Teoria do Capital Humano e a Teoria da discriminação estatística, são as mais importantes na relação entre a economia e a língua (Silva, 2013) e na centralidade do conceito, relativo ao capital humano, as três gerações não dispensam o importante contributo do valor da educação (Reto, 2012). Pelo inquérito distribuído, em 2008 pelo Camões, I.P, a alunos de português nos cursos ministrados no estrangeiro, reafirma-se o motivo essencial que leva a população em geral a investir tempo e recursos na aprendizagem de uma língua - a valorização do capital humano próprio (Reto, 2012), na medida que esta ganha valor de troca pelos recursos a que dá acesso. Este investimento no estudo de uma língua tem, também, o chamado “efeito de rede”, ou seja, quanto maior for o número de falantes nativos e utilizadores secundários, maior será a recompensa por aprender determinada língua (Esperança, 2009) e a riqueza cumulativa dos seus utilizadores é importante para reforçar esse efeito. Por exemplo, a explosão recente do interesse pelo mandarim, uma língua muito difícil para utilizadores não nativos, está seguramente relacionada com o contínuo crescimento da economia chinesa no decorrer das duas últimas décadas e Grin (2006) já sugeria que a posição relativa de uma língua, *ceteris paribus*, correlaciona-se positivamente com o poder de compra agregado dos seus falantes. Pelo exposto, o conhecimento de uma língua

dominante, ao nível de potenciais parceiros comerciais, contribui para reduzir custos de transação e por conseguinte, a obtenção de externalidades positivas (Reto, 2012). A este importante argumento, pode acrescentar-se a facilidade no estabelecimento de contatos, entre os agentes económicos que partilhem a mesma língua e, por fim o reconhecimento, que é de esperar por parte dos de quem aprende uma língua de determinado país, tendencioso no desenvolvimento de uma imagem positiva do mesmo (Reto, 2012). Relativamente a recentes contributos, há investigadores que consideram a língua como património imaterial da humanidade e que transporta valores e outros veem-na como a afirmação do poder e a sua standardização é uma expressão e uma consequência do poder institucional (Reto, 2012). Também Martin Municio, em 2013, deu o seu contributo a esta área de estudos numa perspetiva macroeconómica, avaliando o valor da língua em percentagem do PIB (Esperança, 2009). São questões bastante pertinentes, na medida que na era da globalização, a língua tanto pode erguer barreiras como construir pontes, quando partilhada por povos, geograficamente distantes. A par desta última ideia, muitos são os governos que destacam a importância geoestratégica da língua e reconhecem o seu impacto trocas comerciais e interações.

Capítulo 3 – A língua portuguesa

A LP, atualmente, é falada por mais de 250 milhões de pessoas em todo o mundo, cerca de 3,7% da população mundial e representa, em termos económicos, 4% do valor mundial (Esperança, 2009). É o idioma oficial em nove países, nomeadamente PT, AO, BR, CV, GW, GQ, MZ, ST e TP que ocupando, uma superfície superior a 10.709 milhares de quilómetros quadrados, representam, aproximadamente, 7,25% da superfície continental do planeta Terra (Reto, 2012). Sendo, a sexta língua do mundo mais utilizada nos negócios, segundo o ranking da Bloomberg no estudo "Línguas

Estrangeiras Mais Usadas em Negócio” e sendo a mais falada do hemisfério sul, segundo dados apresentados pelo OLP, evocá-la é, naturalmente, ter presente o seu número de falantes e o estatuto de que beneficia como língua oficial em instituições internacionais, a exemplo da UE, a União Africana ou o Mercosul (Reto, 2012). Atualmente, já países vizinhos aos de LP, como Estados da América Latina, nomeadamente a Argentina e o Urugai, têm-na como idioma obrigatório nas escolas e tanto esta consciência como a vitalidade dos números supracitados, levaram à promoção internacional da LP como o eixo essencial da CPLP¹, nos termos do Plano de Ação de Brasília, aprovado em Julho de 2010, na Cimeira de Chefes de Estado de Luanda (Reto, 2012). Reconhecendo vantagens na partilha da mesma língua de algumas economias emergentes, o autor do livro “O Futuro do Poder”, Joseph Nye, num entrevista ao Diário Económico, Março de 2012 aconselhou PT a usar o ‘soft power’ da sua língua e cultura para desenvolver relações com o BR e com os PALOP. O BR teve um progresso económico e político impressionante nas últimas décadas, e PT deverá beneficiar das ligações históricas e linguísticas. Este cientista político norte-americano afirma que a natureza do poder está a mudar e o ‘soft power’ e poder económico estão a tornar-se tão importantes como o poder militar, logo a consciência e ação eficiente sobre os benefícios da língua, devem ser armas a usar na solução das dificuldades da economia, uma vez que a LP está perto de assumir um papel de relevo no contexto mundial, tanto pelo seu efeito *spillover* como pela dimensão da comunidade lusa pelo mundo e pelo um crescente valor político e económico subjacente. Assim, a LP ganha cada vez maior relevo na conjuntura internacional, pelo facto do peso específico dos países que a falam.

¹ CPLP, criada em 17 de julho de 1996, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da cooperação entre os seus membros, goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira.

3.1 – A língua portuguesa no contexto internacional

Embora PT possa ser considerado um país pioneiro na globalização, a influência da sua língua manteve-se bastante aquém de outros idiomas, nomeadamente com o inglês ou o francês (Reto, 2012). De modo a poder relativizar a influência das diversas línguas, mas consciente da complexidade de todos os aspetos para o seu estudo, o sociolinguista Calvet propôs um modelo gravitacional que permite a comparação entre línguas do planeta. Em redor da língua hipercentral, o inglês², gravita, sensivelmente, duas dezenas de outras línguas consideradas supercentrais, e num terceiro e quarto nível gravitam as centrais e as periféricas, respetivamente, consideradas as menos difundidas e com menor número de utilizadores (Reto, 2012). Esse indicador assenta em 10 parâmetros, cujas ponderações, descritas no anexo A, constituem uma análise, sistemática e discutível, da posição relativa das várias línguas, mesmo tendo em conta alguma desatualização dos dados.

Segundo os dados do quadro 1, abaixo, a LP não é considerada como o primeiro idioma em qualquer dos parâmetros, mas não deixa de evidenciar uma posição relevante entre os 7.106 idiomas em todo o mundo, segundo o compêndio *Ethnologue*. A LP é supercentral e língua materna para, cerca de 180 milhões de pessoas, num total aproximado de 6.800 milhões de pessoas no mundo, sendo oficial em 9 países. Relativamente ao nível do destino de traduções e contribuições para a *wikipédia*, está bem posicionada e segundo o índice de penetração da língua portuguesa na internet, o valor é de 34,4509, pelo que José Paulo Esperança (2009) afirma que foi a que mais cresceu em termos de acesso na internet, nos últimos 10 anos e segundo dados divulgados pela União Internacional de Telecomunicações. Em 2013, era o quinto

² Língua franca e de excelência nas relações comerciais.

idioma mais falado no meio, superando o número de usuários árabes, franceses e alemães e o terceiro mais falado na rede social Facebook. Segundo Calvet (2010), as variáveis 5, 6, 9 e 10 são suscetíveis de intervenção, sendo mais sensíveis a políticas ativas de promoção da língua. Relativamente aos valores da variável 9, deve-se ao baixo nível reconhecimento internacional da produção literária nacional e à reduzida presença internacional das editoras especializadas em português.

Quadro 1 - Barómetro Calvet
Comparação entre a LP e o primeiro idioma de cada parâmetro

	Valor da LP	Posição relativa	1º Idioma no parâmetro	Valor
1. N.º de Falantes	177.981.576	7º	Mandarim	845.456.760
2. Entropia	0,4051	56º	Espanhol	2,52
3. IDH	0,8185	31º	Sueco	0,9629
4. Taxa de Fecundidade	1,8711	91º	Luba-Kasai	6,1
5. Índice de penetração na Internet	34,4509	32º	Inglês	88,9944
6. N.º de artigos no <i>wikipedia</i>	429.730	8º	Inglês	2.567.509
7. Línguas oficiais	9	5º	Inglês	63
8. Prémio Nobel da Literatura	1	12º	Inglês	27
9. Traduções: Língua de Origem	9.752	15º	Inglês	1.032.456
10. Traduções: Língua de destino	71.287	7º	Alemão	271.085

Fonte: Reto, (2012) – *Observatório Calvet, consulta efetuada em março de 2011*

Em complemento, é importante referir que a LP faz parte de uma vasta comunidade de utilizadores de línguas latinas, ainda vivas, em que a intercompreensão tem um forte potencial de crescimento e essa aproximação, principalmente com o espanhol, está em expansão na América Latina, pelo que o seu aprofundamento, já conduziu a iniciativas ibero-americanas (Reto 2012). Atualmente, a soma do número de falantes de língua materna portuguesa e espanhola já ultrapassa largamente o número de falantes do inglês, tendendo esse número a crescer. Em suma, atualmente, a LP é uma das mais influentes no mundo, com tendência para o crescimento do número dos seus falantes, dos utilizadores como segunda língua e da sua afirmação como língua de cultura e ciência.

3.2 - O valor económico da língua portuguesa

O estudo “O Valor Económico da Língua Portuguesa”, encomendado pelo Camões, I.P, em Setembro de 2007, e desenvolvido por uma equipa de investigadores do ISCTE-IUL, sob a coordenação de Luís Reto, confirmou o elevado peso da proximidade linguística nas relações de PT com o exterior. O papel da língua muito facilita dimensões relacionadas com processos de internacionalização da economia e com os fluxos populacionais e segundo esse estudo, as indústrias e os serviços, em que a LP é um elemento chave, representam 17% do PIB português (Reto, 2012). A metodologia seguida foi a mesma utilizada, em Espanha, pelo Instituto Cervantes e que consiste na identificação do peso da língua em cada atividade económica (Esperança, 2009). Este valor é superior ao espanhol (15%), em resultado da maior terceirização da economia portuguesa em relação, enquanto os setores primário e secundário, em que a língua é menos importante, pesam mais na economia espanhola, e pela diferença temporal em que as medições foram feitas (Reto, 2012). Notar que este valor não é fixo, na medida

que variáveis como a ciência, a tecnologia, a cultura e a sociedade determinam o seu valor presente e futuro. Esta valorização também é possível dado que a LP estende a sua influência a todos os continentes, havendo, ainda, a considerar as múltiplas comunidades que, de algum modo, permitem estender a influência da cultura portuguesa a uma grande diversidade de países (Esperança, 2009). A reforçar a sua posição, a LP tem vindo ser influenciada no plano internacional, tanto em virtude do BR³ ter sido considerado, recentemente, a sexta maior economia mundial, como AO e MZ que têm vindo a crescer significativamente. Em complemento, CV, para além da sua importância geoestratégica, tem vindo a ser considerado como um exemplo excepcional de “Good Governance” para o conjunto dos países em vias de desenvolvimento (Sousa, 2013).

3.3 - A língua como um ativo na economia

Portanto, entender a língua como um ativo não deixa de ir ao encontro do supracitado ao longo deste capítulo na medida que, e recordando conceitos contabilísticos, o ativo de qualquer entidade representa os bens e direitos que esta possui e que possam ser valorizados em termos monetários. No limite e considerando a língua como ativo fixo, representa assim, um bem e/ou direito de um país, de caráter permanente, utilizado em operações normais de comunicação, transações e interações e que pode ser valorizado em termos monetários. Já em termos de tangibilidade, seria um ativo intangível, representado pelo direito de ordem legal, económico, social, político e que pela sua carência de presença física, estaria equiparada a direitos autorais, nomes e marcas e/ou patentes e deve ser considerado como um veículo de penetração económica e comercial.

³ Faz parte do grupo de países BRIC, juntamente com a Rússia, Índia e China

Capítulo 4 – A economia portuguesa

Desde a passagem do Estado Novo para a democracia, a economia portuguesa tem vindo a alterar o comportamento, sendo que os últimos 30 anos do regime autoritário corresponderam ao melhor período de crescimento económico (Amaral, 2010). A década decorrida entre o período revolucionário e a adesão à CEE, em 1986, foi muito incerto e entre as crises internacionais, nacionais e petrolíferas, o sobreaquecimento da economia acabou por criar um endividamento externo impossível de sustentar, forçando ao recurso a programas corretivos, pelo FMI, nomeadamente em 1978 e 1983, sendo que recentemente também foi solicitada a sua intervenção. Com a adesão à CEE, muitas foram as alterações institucionais e legislativas, entrada de fundos, abertura a novos mercados e a abertura à iniciativa privada, que contribuíram para o crescimento acentuado nos anos seguintes (Lourenço, 2012), no entanto, esse crescimento acabou por revelar-se insustentável, desta vez não em consequência de desequilíbrios externos, que foram então cobertos por um importante afluxo de meios de pagamento, mas sim pela inflação (Amaral, 2010). Com intuito de combatê-la e através do SME (1992), foi adotada uma política monetária e cambial restrita, baseada na fixação da taxa de câmbio do escudo em relação às moedas europeias de referência (Mendonça, 1998) e pode reconhecer-se uma certa convergência nominal, mas infelizmente houve perda de competitividade, que com o choque do euro denunciou as debilidades estruturais de forma violenta e comprovou-se a fixação da taxa de câmbio a um nível muito acima do adequado à competitividade externa da economia (Leão, 2011). Após adesão ao euro, o crescimento da procura interna, que se tinha expandido a partir de 1999 e contribuído para o pleno emprego, praticamente desapareceu e o comportamento desfavorável da

procura externa líquida⁴, conduziu à estagnação da economia portuguesa e ao aumento continuado do desemprego (Leão, 2011). Uma procura interna estagnada tende a implicar um baixo crescimento das importações e, portanto, uma melhoria da BC, mas o mesmo não se verificou e o défice corrente português piorou. Este desvio deve-se a uma apreciação da TCRE⁵, ao aumento acentuado da concorrência da China, pela entrada no mesmo na OMC em 2001 e dos PCLE, com o alargamento da UE a 10 novos países em 2004 (Leão, 2011). Estes dois últimos fatos conduziram a um aumento da penetração das importações no mercado nacional e, ao mesmo tempo, a uma queda acentuada da quota de mercado das exportações portuguesas na Europa (Leão, 2011). A posição competitiva vulnerável, conjugado com um menor saldo das remessas dos emigrantes, os reduzidos níveis de poupança das famílias, a subida constante do preço do petróleo e a sucessão dos défices correntes, colocam PT longe dos bons alunos europeus (Sousa, 2013) e remetem-no para os casos pouco exemplares das economias dependentes e subsidiárias do Mezzogionro italiano (Leão, 2011). PT precisa de uma injeção de novas propostas pelo que a ação ativa sobre as vantagens na partilha de cultura e língua, potencia o crescimento da economia portuguesa. Segundo Moreira e Pereira (2007), os PALOP são um dos mercados-alvo em que PT deve apostar, não só pelo potencial de crescimento dessas economias, mas também devido aos laços históricos e culturais que os unem e tornam PT um parceiro de negócios privilegiado. Felizardo Gonçalves, diretor da AICEP nas relações institucionais e mercados externos respeitantes a África Subsariana, confirma que a importância dos PALOP, para PT e para o mundo, tem

⁴ Procura Externa - Procura Interna

⁵ A TCRE pode medir-se com base nos CUT ou no HIPC. A TCRE baseada nos CUT indica a relação entre os CUT em Portugal e os seus parceiros comerciais quando expressos na mesma moeda e quando baseada no HIPC indica a relação entre os preços no consumidor em Portugal e nos seus parceiros comerciais quando expressos na mesma moeda. Assim sendo, quanto maior for o valor da TCRE, menor é a capacidade competitiva da economia portuguesa

crescido e é de prever que o seu peso se reforce nos próximos anos, como se pode ler no site da AICEP, *PortugalNews*⁶. Já Mira Amaral, presidente do Banco BIC português em entrevista ao Jornal Expresso, a 15 de Setembro de 2011, aponta a necessidade de reforçar as relações comerciais, também com os PALOP, mas alerta que os novos mercados fora da UE não devem ser vistos como mercados alternativos. Contudo, embora o desígnio nacional assente na internacionalização da economia pela via mais simples, as exportações ou a chamada internacionalização “soft”, é imperioso equacionar outras formas de estar presente nos mercados internacionais, como, por exemplo, através da internacionalização “hard”, isto é o IDE (Sousa, 2006). Este último, envolve investimento a longo prazo e um interesse duradouro no país de destino, havendo uma influência e controlo sobre os recursos transferidos e, cumulativamente, sobre a economia e a sociedade recetora (Sousa, 2006) e é um argumento a favor de uma rápida ação de PT sob as possibilidades de escape ao futuro mais negro da economia nacional e cuja saída vai ao encontro da ligação com a CPLP. Em qualquer dos processos de internacionalização, a economia portuguesa, e mais especificamente, o tecido empresarial, precisa ter presente que o preço é a linha orientadora da maioria dos consumidores, tendo de apresentar valores competitivos em relação à forte concorrência chinesa e os demais países asiáticos, nomeadamente nos sectores que requerem pouca especialização. Em suma, a adoção de novos paradigmas comportamentais, em resultado natural de um mundo mais globalizado, reforça e intensifica a atividade económica.

⁶“AICEP Exportações para os PALOP valem 8% do total”, notícia de 28/02/2014 e disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7BFDD80288-1F42-411D-A183-C1A4B0E53C59%7D>. (Consulado em: Agosto de 2014)

4.1 - Internacionalização da economia portuguesa

A internacionalização está na ordem do dia, e consigo traz a necessidade da reflexão sobre a dimensão do valor de Portugal no mundo e compreender a importância do seu povo, da sua língua e da diáspora portuguesa, sem esquecer a realidade da integração europeia (Macedo, 2012). Tanto na internacionalização “hard” como na internacionalização “soft”, não há dúvida que a língua desempenha um papel fundamental, e no limite, no aumento da produtividade da sociedade como um todo. A divisão do trabalho é possível devido às competências de comunicação desenvolvidas pela humanidade, e uma cultura e língua comuns são facilitadores do comércio (Lazear, 1997), enquanto os indivíduos que só conhecem línguas diferentes enfrentam fortes barreiras tanto para comercializar como para interagir no seio de uma empresa. A importância da proximidade linguística e cultural na seleção dos países de destino e no modelo de entrada é muito importante nas variáveis comércio internacional e IDE (Reto, 2012), contudo PT não pode impor a inflexão das políticas comunitárias, segundo o Diretório da UE, mas pode assumir e definir, com rigor, melhores estratégias com países fora da UE (Macedo, 2012). A ação europeia a nível da política comercial beneficia os seus Estados-membros através do SPG⁷, que combina eficiência económica, igualdade global e direitos humanos com os acordos de comércio livre com os países da vizinhança europeia, instrumentos centrais da política de vizinhança da União e do exercício do seu poder de influência. Em suma, a língua, como elemento

⁷ Oferece aos países em desenvolvimento uma redução de direitos aduaneiros para alguns dos seus produtos que entram no mercado europeu e o objetivo desta política passa pela contribuição para uma melhor integração dos países beneficiários no comércio mundial e, por conseguinte, para o seu desenvolvimento económico, respeitando os direitos humanos e os princípios do desenvolvimento sustentável.

identitário na internacionalização da economia, exerce um forte impacto nas dinâmicas comerciais e na promoção da globalização empresarial.

4.1.1 - Comércio internacional

O comércio liga as nações pelos laços comuns do interesse, fazendo delas uma única e grande sociedade.

David Ricardo

A língua, e vendo o comércio livre como a união dos países numa espécie de sociedade única, harmoniosa e próspera, capta cada vez mais atenção ao nível das relações comerciais com o exterior. Alguns investigadores têm dado o seu contributo no quadro das diferenças linguísticas que assumem a natureza de um imposto sobre o comércio ou mesmo como barreiras ao comércio, equivalentes a tarifas (Reto, 2012). Relativamente à partilha de uma língua comum esta pode aumentar o comércio bilateral, tendo sido já confirmado através de alguns resultados de estudos econométricos (Reto, 2012). Nesta dinâmica de abertura e relacionamento das economias, existem outras barreiras e/ou instrumentos de política comercial, apresentadas anexo B, que impedem uma maior fluidez dos recursos e protege muitas economias, pois a tese de que o livre comércio maximiza o bem-estar mundial, e que reduções tarifárias levam, de forma gradual, à liberalização do comércio mundial e à distribuição equitativa de ganhos, não é opinião comum a todos. Nessa linha, a língua poderá ser vista como uma barreira técnica que não impede, totalmente, uma transação, mas dificulta e/ou atrasa a expansão de uma economia por falta de compreensão imediata ou por incorreções em termos de traduções e cria assimetrias de forma indireta. PT é sensível a todos esses aspetos na medida que, pela sua condição de pequena economia aberta, choques externos relevantes, têm repercussões a nível interno. Com a entrada de PT na EFTA, em 1960, protagonizou-se a primeira grande abertura ao exterior e desde então, tem-se verificado, em cada fase da

integração, uma maior receptividade aos mercados externos (Mendonça, 1980). Um indicador interessante de base é o rácio Comércio Total⁸ / PIB que aumentou desde 1996 a 2013, apresentando 61,58% e 80,26%, respetivamente, como se pode ver pelo quadro C.1. Contudo, a frágil capacidade competitiva do país foi atentada pela intensificação do comércio mundial, contribuindo para a manutenção de défices excessivos da BC que até 2012, inclusive, registou valores das importações superiores às exportações e só em 2013 registou uma tendência inversa, com uma taxa de cobertura de 102,62%, como se pode ver pelo quadro C.2. Nesse ano, as exportações de bens e serviços portugueses para todo o mundo cresceram, face a 1995, 5,6% e os bens representaram 74,21% das exportações totais, enquanto os serviços tiveram um peso de 25,79%, como se vê no quadro C.4. O principal destino de exportação foi a UE, nomeadamente Espanha, França, Alemanha e Reino Unido. Relativamente à CPLP, as exportações portuguesas de bens e serviços tiveram um aumento de 10,6%, desde 2009 e o saldo comercial totalizou, em 2013, 2.907 milhões de euros (ver quadro C.3). Convirá ter presente que Portugal apresenta um saldo comercial positivo com os países da lusofonia, muito embora os mesmos, no seu conjunto, ainda não apresentem valores relevantes para a BC portuguesa. Em 2013, a CPLP representou 10,8% das exportações de bens e serviços totais de Portugal e 6,7% das importações totais de bens e serviços totais de PT, ver quadro C.5. Relativamente ao peso das exportações de bens e serviços para a CPLP, em relação ao PIB português, este também é diminuto com um valor de 4,3% em 2013, mas nota-se um aumento desde 2009, em que o valor foi 2,5%, ver quadro C.6. Para além da existência de distância psicológica em relação a alguns mercados de LP, economias como o BR e AO têm um certo tropismo para a adoção de

⁸ Exportações Totais + Importações Totais

políticas protecionistas. Considerando os demais obstáculos ao comércio, a estratégia de penetração nesses mercados deverá passar, essencialmente, pela internacionalização “hard”, pois a opção pelo IDE envolve tanto capital humano, como a transferência de “know-how”.

4.1.2 – IDE e IDEP

É comum pensar-se que a “empresa” surge, genericamente, por determinada necessidade, no entanto esta suporta custos de organização, pelo que, pode beneficiar, quando não existem barreiras linguísticas. As teorias da EMN e do IDE têm referido o quão importante é a proximidade linguística e cultural na seleção dos países de destino e no modo de entrada, no entanto, independentemente da língua, as organizações desenvolvem-se através da internacionalização dos mercados, enquanto os benefícios forem superiores aos custos, e escolhem a localização que dá condições para a sua atividade a um custo menor (Reto, 2012). Assim e de acordo com a teoria dos custos de transação, as diferenças nos custos são o principal argumento para explicar a decisão de utilizar os mercados em certas transações e as diferenças, na estrutura de incentivos entre mercados, tornam evidente que a minimização dos custos de transação está correlacionada positivamente com a proximidade linguística. Observando o caso chinês, verifica-se que grande parte do investimento direto na China tem a sua base em territórios ou países com forte presença de comunidades chinesas residentes, como por exemplo Hong Kong, Singapura ou Taiwan (Reto, 2012). Tanto é possível graças à melhoria da tecnologia, à diminuição das distâncias dos custos de transporte e à liberalização das trocas, via criação de blocos regionais e/ou assinatura de vários acordos (Silva, 2002). Os países concorrem pela atração e captação de IDE na expectativa de acederem a tecnologia de produção, de marketing ou mesmo de canais de distribuição, uma vez que esperam efeitos positivos na formação de capital, criação de emprego, ou mesmo na melhoria da estrutura produtiva e exportadora das economias recetoras. É comum que países

recetores de IDE concedam um tratamento preferencial às EMN, como a supressão de barreiras tradicionais à instalação de empresas estrangeiras ou de projetos por elas patrocinados, para que estas se instalem no seu território (Silva, 2002). Por sua vez, estas geram externalidades positivas sobre as economias recetoras do investimento estrangeiro, tal como o aumento do grau de exigência sobre a administração pública, e permitem a introdução de novas e mais eficazes técnicas de gestão (Silva, 2002). No caso português, desde meados dos anos 80, que o IDE tem um papel relevante na evolução da economia nacional e as autoridades económicas têm levado a cabo esforços persistentes para o atrair, mas ainda existem grandes obstáculos, como a baixa produtividade, o nível de ensino, a inovação tecnológica e a política industrial (Leite, 2010). Os dados apresentados no quadro D.1 mostra que, em 2013, o IDE em PT atingiu um montante total de 30.100 milhões de euros, em termos brutos e no primeiro trimestre de 2014 ascendeu a 6.300 milhões de euros. A UE mantém-se como a principal origem do IDE em PT, sendo Espanha, o Luxemburgo, a França, a Alemanha e o Reino Unido, países de destaque. Fora do espaço da UE, apenas a Suíça, a China e AO surgem na lista dos 10 maiores investidores estrangeiros em PT no primeiro trimestre de 2014. Em 2013, o IDE, em PT, proveniente da CPLP, representou 0,9 % IDE total, valor superior aos 0,8% em 2012, apesar de ter havido uma diminuição na ordem os 37% no IDE bruto em PT. Os dados apresentados no quadro D.2, revelam que o IDPE, em 2013, totalizou cerca de 14.000 milhões de euros, mas o desinvestimento também foi elevado. No primeiro trimestre de 2014, o IDPE bruto situou-se nos 2.700 milhões de euros e teve como destino principal, o BR, Espanha e Holanda, observando-se aqui, fatores de ordem cultural. Holanda desempenha um papel de plataforma giratória para outros destinos, alcançando outros de proximidade linguística, em virtude das suas vantagens fiscais

(Reto, 2012). Pelo mesmo quadro, o IDPE na CPLP representou, em 2013, 4,3% IDPE, pelo que houve uma diminuição na ordem os 12% no IDPE bruto e o que pode ter levado a uma redução de 63,3% do IDPE na CPLP.

Em suma, o crescimento económico das geografias emergentes, a diluição progressiva das barreiras comerciais e aumento da interdependência entre as economias contribuem para o crescimento económico português, desenha-se um novo mosaico comercial de acrescida intensidade da atividade económica internacional com novos atores e novas rotas comerciais.

4.2 - Fluxos populacionais

Tal como no comércio internacional, a partilha da mesma língua é um elemento facilitador e redutor dos custos de transação, quer da população emigrante quer dos elementos recetores (Reto, 2012). Enquanto o fluxo migratório tem um caráter diferente, sendo muitas vezes motivado pela busca de melhores condições de vida e de trabalho, o fluxo turístico é motivado pela busca de lazer, cultura e religião e é um elemento impulsionador do comércio dos países visitados pelos turistas.

4.2.1 - Fluxos migratórios

Suportando a ideia do “efeito de rede”, esta tem um impacto significativo na migração e na integração dos migrantes, que se regem por quatro parâmetros fundamentais: espaço, tempo, motivação e dimensão sociocultural. O migrante tem custos de adaptação mais reduzidos num país anfitrião cuja língua partilhe, e os empregadores, por seu turno, deparam-se com menos barreiras de comunicação (Reto, 2012). De facto, a comunidade linguística favorece os fluxos migratórios entre territórios, a par dos determinantes económicos principais, diferença nos salários e probabilidades de emprego (Reto, 2012). Por outro lado, e em territórios que não partilham a mesma língua, a existência

de uma comunidade prévia de emigrantes, da mesma origem cultural e linguística, proporciona os “efeitos de rede” e de capital social necessário para incrementar e manter o fluxo migratório (Reto 2012). Por outro lado, as deslocções de capital humano de excelência, dotado de mais habilitações literárias, não têm, como barreira, o idioma do país de destino, uma vez que têm maior facilidade de aprendizagem e adaptação (Reto, 2012). PT é um país com forte experiência de fluxos migratórios e de facto, a população residente aumentou, embora se verifique o declínio da taxa de natalidade. Em 2013, cerca de 45% dos imigrantes em PT provinham de países de LP, como se pode ver no gráfico E.1, mas o impacto económico da migração é muito difícil de medir, pelo que a contabilização das remessas dos emigrantes, efetuadas para o país de origem, é um indicador facilitador. Em 2013 o valor das remessas de emigrantes recebidas em PT foi ligeiramente superior a 3.000 milhões de euros, 1,8% do PIB português, pelo que os PALOP e a UE foram responsáveis por 9% e 48%, respetivamente. Os principais países europeus emissores de remessas foram a Suíça e França, representando 30% e 25%, respetivamente, seguindo-se a Alemanha, Espanha e Reino Unido e que integram o grupo dos principais países emissores de população para PT, como se pode ver no mesmo gráfico. Em relação à emigração e nesse mesmo ano, o grande número de emigrantes portugueses concentraram-se na Europa, e tanto o BR como os EUA receberam um número diminuto de cidadãos portugueses, 5% e 2%, respetivamente, como se vê pelo gráfico E.2. Esta vaga de migração não é tanto influenciada por fatores linguísticos e culturais, mas sim pela geografia e oportunidades económicas (Esperança, 2009).

4.2.2 - Fluxos turísticos

O turismo surge como uma área absolutamente transversal de atividade económica e não pode ser concebido como um simples setor económico de fronteiras bem delimitadas. As viagens e o turismo configuram um canal de exportação de bens e serviços e um veículo específico de internacionalização, em termos de práticas empresariais, de hábitos de consumo e de formatos de negócio. Assim, o conhecimento de uma outra língua é de extrema utilidade aquando uma viagem para um país estrangeiro e é fundamental que o turista se sinta bem acolhido, pois muito provavelmente, recomendará o país que visitou. No entanto e consciente do número escasso de trabalhos sobre o impacto da língua nos fluxos turísticos, a afirmação da proximidade linguística como determinante na escolha do destino turístico ainda não está totalmente suportada (Reto, 2012). Apesar de eventuais freios à dinamização linguística deste setor, o essencial é que os visitantes e empregados consigam comunicar e usufruir de um adequado atendimento. Uma certeza existe, a centralidade do inglês enquanto língua primordial, para o sector, mantém-se, mas cresce a atração por outros idiomas. Em relação ao caso português e observando as estatísticas de receitas e despesas na rubrica Viagens e Turismo, destaque para CV, BR, China e Turquia que sobressaíram nessa rúbrica (INE, 2014). Quanto às deslocações dos portugueses, os dois países de eleição são Espanha e PT, podendo afirmar a correlação positiva entre a proximidade geográfica e os custos da deslocação, e não tanto o fator língua e quanto ao conjunto dos PLOP, somente CV e BR têm um peso relevante, quando considerados em conjunto. Pondera-se que os movimentos turísticos não são tão sensíveis à proximidade linguística, como os movimentos migratórios, contudo esta dinâmica pode mudar devido ao rápido desenvolvimento de uma classe média numerosa, tanto no BR como

noutros países em que a LP é oficial. Aquando de uma rede aérea de transporte de passageiros eficiente, perante rotas que liguem PT aos países da CPLP, é de prever um crescimento expressivo da quota de turistas e visitantes. Em suma, a língua, como característica unificadora, exerce um forte impacto nas economias a vários níveis, nomeadamente, na dinamização das trocas comerciais, na promoção da globalização empresarial, no desenvolvimento das relações políticas e sociais e no intercâmbio de ideias e o fluxo de pessoas.

4.3 – Política externa e ação dos Estados

A política externa portuguesa assenta em três pilares estratégicos: integração europeia, relação transatlântica e espaço lusófono, sendo as mais-valias a nível da ação externa nas esferas política, económica e cultural (Macedo, 2012). Face aos constantes desafios económicos e financeiros que a aldeia global impõe aos seus atores, estes três pilares podem ser encarados como uma alavanca para o desenvolvimento económico e social, tanto de PT, como dos restantes países envolvidos nesta dinâmica. Como Bruno Mações, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, frisou em audiência na CEOP da Assembleia da República a 19 de Fevereiro de 2014, a política comercial deve ser cada vez mais uma prioridade para PT e este deve aproveitar toda a sua extensão. No âmbito do espaço lusófono, é necessário complementar e reforçar, mutuamente, três vetores: diplomacia económica, ação cultura externa e política de cooperação, entendendo, principalmente o último, como um investimento (Silva, 2002). A diplomacia económica definindo-se como a capacidade da autoridade pública de implementar uma política com objetivos comerciais e financeiros, destinada a assegurar a prosperidade económica do país através dos interesses das suas empresas, dos seus grupos profissionais e dos seus cidadãos, pode ser vista como a área mais tradicional da ação externa do Estado (Silva,

2002) e face à crescente perda de importância de alguns instrumentos tradicionais da política comercial, tende a aumentar o seu peso, potenciado, também, pela formação das redes e novas infraestruturas de informação e comunicação. Pela formação de novas redes e/ou expansão das mesmas, o Presidente de MZ, Armando Guebuza, afirmou em Díli que o alargamento da CPLP vai acelerar a afirmação da língua e das potencialidades económicas da organização e sublinhou o "crescente interesse" que a CPLP tem despertado a nível internacional, pelo que há cada vez mais países a solicitar a admissão como observadores associados⁹. Em relação à entrada da GQ, observador associado desde 2006, mas cujo seu pedido de adesão foi em 2010 e admitido no presente ano, o presidente de MZ passa as seguintes palavras:

"Teremos a oportunidade de considerar o primeiro alargamento da nossa Organização ao longo dos seus 18 anos de existência, fruto de um processo de concertação política e de diálogo consolidados".

Armando Guebuza

A República da GQ, cuja capital é a cidade Malabo e com cerca de 100 mil habitantes, tem como línguas oficiais, o Português, Espanhol e Francês e gozou de apoio do BR e AO para a sua entrada na CPLP, tendo os mesmos começado, desde logo, uma forte campanha diplomática para forçar a sua inclusão no espaço lusófono, no entanto, este país coloca dúvida em alguns requisitos básicos. Aquando da adesão, o Governo da GQ anunciou no seu sítio oficial na Internet, em espanhol, inglês e francês, mas não em português e este idioma ainda não é ensinado nas escolas, mesmo sendo língua oficial do país desde 2011. Numa vertente mais humanitária, o país pratica a pena de morte e existem relatos torturas e de outros condicionamentos de liberdades civis e políticas e de

⁹ Segundo o sítio na internet da CPLP, WWW.CPLP.ORG, são Geórgia, República da Maurícia, Japão, República da Namíbia, República do Senegal e República da Turquia (Consultado em: Janeiro 2015)

transparência, sendo inaceitável a cooperação de uma país na CPLP que não respeita o ser humano. É um país classificado como "ditadura" por vários relatórios internacionais, sendo governado há mais de três décadas por Teodoro Obiang, que por conseguinte inspira pouca transparência e indícios de corrupção. A entrada deste país teve como determinantes fatos de ordem económica e geoestratégica, e devem ser consideradas, no limite, como uma vantagem. Segundo António Martins da Cruz, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, em entrevista à rádio Renascença a 21 de Julho de 2014, os países da CPLP, incluindo a GQ, produzem 7% do petróleo e do gás que se produz no mundo e projeta que em 20 anos, a produção de petróleo e gás da CPLP atinja os 20% da produção mundial. Salaria que a eventual adesão do país pode abrir portas às relações com outros países geoestratégicos, tais como a Namíbia, a Índia ou o Japão. A entrada deste país trará mudanças no seio da CPLP, aumentando o valor de determinantes financeiros, petrolíferos e económicos, mas com isso não quer dizer, obrigatoriamente, que se perca o valor linguístico ou humanístico e este alargamento e futuros originará sinergias positivas no contexto de internacionalização das economias dos Estados-membros e a língua será o elo de ligação e o fator forte dessas relações, tal como uma maior conscientização das práticas humanitárias em cada país. Com o apoio da CPLP e a ação ativa da GW, este será, no limite, mais um país a caminho do desenvolvimento e respeito dos direitos humanos e numa primeira instância poderá assimilar os valores da comunidade. Em suma, é evidente o esforço coletivo na expansão da LP por parte dos governos e agrupamentos económicos.

Capítulo 5 – Estudo de caso

De modo a potenciar as ideias supracitadas, neste 5º capítulo, a presente dissertação apresenta um estudo caso sobre a empresa SG Coin que investiu num PLOP. O contato

com a SG Coin permitiu determinar um conjunto de fatores relevantes no processo de internacionalização de uma PME e perceber se a língua pode ser entendida como um ativo na internacionalização da economia nacional cujo trabalho exploratório teve origem através do guião que se encontra no anexo F, página 49. O recurso ao estudo de caso permitiu a abordagem do tema dentro do seu contexto real, mesmo que estas fronteiras não sejam claramente evidentes e pretende-se dar um contributo de excelência sobre o tema identificar novas e relevantes variáveis e níveis da análise.

5.1 – SG Coin - Apresentação

SG Coin é uma PME, cujos serviços incorporados na cadeia de valor, representam uma grande oportunidade de diferenciação, pelo que planear a internacionalização da empresa acaba por tornar-se um desafio muito interessante. A internacionalização para MZ, em 2013, foi um passo natural na estratégia de afirmação e de crescimento da empresa fundada em 2005, na cidade de Leiria, cuja atividade original estava no sector imobiliário e que só em 2012 entrou no ramo das instalações elétricas de espaços industriais, comerciais, edifícios de habitação, entre outros, aumentando, assim, a sua presença nos mercados nacional e internacional. A motivação principal para a partida rumo à cidade de Maputo foi a crise conjuntural e estrutural sentida em PT e a escolha do país foi muito influenciada pela língua, pelo espírito de humildade do povo moçambicano e a hospitalidade que oferece aos que fazem aquela economia crescer e desenvolver-se pelos melhores métodos. Uma vez que a concorrência no ramo não é muito acentuada e o serviço prestado consegue, ainda, ser diferenciador naquele mercado, todo o período favorável de crescimento da economia local trouxe uma certa confiança ao investimento. Outra motivação, mais a nível local, é o facto de no distrito de Moamba, existir a central da CTRG, considerada como a maior central elétrica, a funcionar em

MZ, e uma das maiores da África Austral exclusivamente com base em turbinas de gás em MZ e uma das maiores da África Austral. A parceria entre a empresa pública EDM e a petroquímica SASOL, cria algumas condições base para os serviços que a empresa oferece e regista o país como um dos poucos a produzir energia, sendo até excedentário nesse campo. Notar que MZ é um dos países lusófonos que mais contribui para o crescimento da África subsariana, no entanto esta expansão pode vir a ser comprometida pela crescente importância da economia chinesa como parceiro de muitos países africanos, particularmente no caso dos que têm vastos recursos naturais, a exemplo, AO. O impulsionador da escolha deste país, em detrimento de outro, foi o conhecimento que o administrador tem de pequenas comunidades portuguesas espalhadas por MZ, cimentando a ideia de quanto maior é o conhecimento do investidor, em relação ao país de destino, maior será a sua confiança em todo o processo. A SG Coin poderia ter investido em AO, mas o administrador reconhece um certo começo de saturação do mercado angolano, maior dificuldade de penetração no mesmo e não capta tanta receptividade a novos empreendedores, oriundos de outros países, comparativamente a MZ. Se neste já se sente um certo protecionismo involuntário, em AO, já está mais enraizado, pois desde logo percebeu que estava dotado de recursos necessários ao crescimento exponencial da sua economia

5.2 – O processo de internacionalização

A falta de conhecimento sobre as condições de negócios locais, clientes, procedimentos burocráticos, flutuações das taxas de câmbio, barreiras tarifárias e não-tarifárias, corrupção, dificuldades de adaptação à legislação vigente, a quota de mercado, o tempo na resolução de certas exigências e a distribuição de capital moçambicano foram barreiras ao processo de investimento da empresa portuguesa. As exigências ao nível de

embaixadas, os requisitos necessários para obter um visto, e o funcionamento geral ao nível dos serviços portugueses e dos serviços moçambicanos atrasam os processos, mas pelo menos a partilha da mesma língua muito facilita a descodificação de alguns requisitos por parte das entidades competentes. A quota, que se prende com o número de expatriados por número de trabalhadores de origem moçambicana que a empresa contrata, respetivamente, 1 por 10 trabalhadores, pode ser entendida como um método indireto de protecionismo da economia. Apesar desses aspetos, este administrador português, pelo conhecimento que possui do país, consegue mensurar qualitativamente o elevado número, não só de portugueses, mas de tantos outros indivíduos que estão em solo africano e que desejam explorar aquela economia em crescimento e, mesmo perante todas estas dificuldades, e outras, reconhece que vários são os investidores que procuram este destino e outras economias emergentes pelo seu clima de expansão económica. Acrescentou porém que ainda existem muitas vertentes ligadas ao estado social que carecem de atenção devida, no entanto começa a sentir-se uma maior preocupação e procura de soluções “mais europeias” a esse nível. Em MZ ainda não existem infraestruturas e serviços que consigam dar resposta, em pleno, às necessidades no terreno, mas o administrador acredita que esta intensificação de relações possam vir a ter um efeito tipo *spillover* sobre a população moçambicana, bem como sobre as características sócio/culturais e económicas das instituições, das empresas, dos governos, das universidades e da sociedade civil, sem que o país perca a sua identidade nacional. Outro aspeto que vai ao encontro de algumas insuficiências a nível estrutural prende-se com a transportadora aérea moçambicana, que é a única a poder operar nos voos internos, mas que não oferece a segurança e confiança necessárias para a maioria da população. Em resultado, há uma grande concentração de população em Maputo e

um crescimento menos acentuado por outras províncias, pelo que existe pouca intensidade turística fora da capital. Relativamente a outros investimentos da empresa, a empresa portuguesa encontra-se na Argélia, que em comparação com MZ e AO, é um país muito mais perigoso e poucos são os indivíduos, que não sendo de lá oriundos, se disponibilizam a deslocar-se para lá e exercerem uma atividade laboral. A diferença na língua e a cultura tão antagónica são as barreiras realçadas para que não se encontre um português a cada passo, mas ainda assim, e superando barreiras mais profundas e quase incontornáveis, a empresa SG Coin tem tido sucesso nos seus investimentos na Argélia pelo que é um país a continuar a explorar. Quanto a futuros investimentos na CPLP, a GW parece um bom destino, mas enquanto se viver tanta instabilidade a nível de saúde pública, nomeadamente a ébola, não terá o foco de atenção do administrador. Já quanto à GQ, entende que a sua entrada para a CPLP beneficiará a maioria dos países da comunidade e não descarta a possibilidade de investimento, quiçá no futuro.

5.5 - Considerações finais

Após a recente crise económica, a internacionalização de PME, através das suas próprias estratégias internas, deve ser tratada como fundamental para a sustentabilidade e expansão da economia nacional, pois face ao cenário atual da UE, estas iniciativas são vitais para a recuperação de empregos e de crescimento das economias, como o administrador teve oportunidade de partilhar. Importa salientar, também, e com o apoio do mesmo, que o capital humano qualificado é essencial nestas economias emergentes de modo aproximar estes países de grandes potências económicas. Para tal, é necessário o investimento na educação da população tanto angolana como moçambicana, através e a título de exemplo, do fornecimento de bolsas e outras facilidades que permitam muitos dos jovens, em idade escolar, usufruir de uma educação de melhor qualidade,

nomeadamente, em PT. Por todos os fatores anteriormente descritos torna-se evidente que a aproximação linguística e cultural são alavancas essenciais que potenciam as relações, tanto a nível laboral, como nas trocas comerciais e posteriormente, intensificará o fluxo turístico. Em relação aos apoios ao processo, a empresa não recebeu qualquer tipo de incentivos públicos das autoridades portuguesas para investir em MZ e não recorreu a nenhuma instituição de apoio à internacionalização. Acrescentou ainda que, até à data, não beneficiou de nenhum incentivo local, mas está agora a iniciar o processo no CPI, em MZ, para obter incentivos, a nível fiscal, pelo investimento no país. Decerto, a criação de uma associação de apoio a eventuais investidores nos PALOP, para fornecer informação e aconselhamento das particularidades do investimento em terras Africanas, é uma mais-valia para que empresas como a SGCoin, se sintam apoiadas nos seus investimentos. Poderá, posteriormente, alargar-se este tipo de conceito e projeto para todos os PLOP, pois a consciência e ação coletiva destes países é a resposta para o desenvolvimento e crescimento. Em suma, o investimento em MZ está mais atrativo e os governos devem simplificar o processo de chegada de uma empresa ao país, pois e lembrando as palavras do Presidente Armando Guebuza, em notícia no Jornal Expresso de 1 de Julho de 2014, “MZ” continua a crescer, sob o ponto de vista económico” e “os investimentos também continuam a fluir”. Maputo “já conta” com PT nesse processo, mas referiu que ainda há margem para crescer.

Capítulo 6 – Conclusão

Levando em consideração todos os pontos, serve de distinção a promoção da língua e um espaço de cooperação de excelência, na medida que a promoção, valorização e afirmação da identidade de um povo não inviabiliza a eliminação de barreiras e particularismos que, no limite, é do interesse de todos. Neste sentido, a promoção destes dois objetivos deve ser central no seio da CPLP, onde a promoção da LP, que atualmente ainda carece de reforço das competências, goza de massa crítica para a sua afirmação e zonas de grande concentração da diáspora portuguesa. A LP já é reconhecida pelo seu potencial económico e como língua de comunicação internacional, o que leva a que políticas e instituições, promotoras e de apoios, reforcem as suas dimensões. Todavia, o reforço do ensino desta língua é a medida fundamental, que não se deve realizar, somente, como segunda língua. Perante a consciencialização de alguns governos, da dimensão estratégica da língua e realizando algum investimento na sua promoção, a procura crescente da LP, afirmada, também, a nível da internet onde regista elevadas taxas de crescimento, origina a necessidade de políticas concertadas de defesa do seu conhecimento e de desenvolvimento da literacia dos seus utilizadores. A língua é um ativo, de promoção económica perante a partilha da mesma e de uma aproximação cultural, intangível, mas de relativo fácil acesso a todos. O seu valor tem numerosas implicações e de modo a contextualizá-lo, esta dissertação apoiou-se numa análise de quatro variáveis macro, em que foi possível ver a grande influência que a língua tem, principalmente, a nível do IDE e das migrações. No entanto, e dada a falta de estudos nesta área a todos os níveis, seria interessante relativizar, futuramente, essas variáveis em línguas supercentrais com e/ou sectores de atividade no âmbito cultural e criativo, pois a cultura também é um elemento identitário e potenciador de qualquer economia.

Bibliografia

- AMARAL, Luciano (2010). *Economia Portuguesa, As Últimas Décadas*. Odivelas: Relógio D'Água Editores, Fundação Francisco Manuel dos Santos;
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS (2008). *O Sector cultural e criativo em Portugal*. Disponível em: <http://gestin.iscte.pt/documentos/apresentacaogestinaicep.pdf>. [Consultado em: Abril de 2014];
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS (2012). *Exportação, valor e crescimento. Relatórios CGD Desenvolvimento da Economia Portuguesa*. Disponível em: https://www.cgd.pt/Institucional/Research/Relatorios/Documents/RELATORIO_ECONOMIA_09_RM.pdf [Consultado em: Abril de 2014];
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS (2013). *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa, Relatório Final*. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura;
- BANCO DE PORTUGAL (2013). *#Lusofonia*. Lisboa: Departamento de Relações Internacionais;
- BANCO DE PORTUGAL (2014). *Boletim Económico, Junho 2014*. Ed. Departamento de Estudos Económicos; Design, impressão, acabamento e distribuição; Departamento de Serviços de Apoio; Área de Documentação, Edições e Museu. Lisboa: Serviço de Edições e Publicações;
- BECKER, Gary (1957). *The Economics of Discrimination*. Chicago: Chicago Press;
- COMISSÃO EUROPEIA (2013). *Comunicação da Comissão. Análise Anual do Crescimento*. Disponível em: http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/2014/ags2014_pt.pdf [Consultado em: Maio de 2014];

ESPERANÇA, José Paulo (2009). *Uma Abordagem Eclética ao Valor da Língua: O Uso Global do Português*. Lisboa: ISCTE-IUL/Instituto de Camões;

GALITO, Maria de Sousa (2006). *Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa;

GRIN, Francois (2006). *Economic Considerations in Language Policy*. In: *An Introduction in Language Policy*. Maiden/Oxford: Blackwell;

GRIN, Francois (2014). *50 years of economics in language policy. Critical assessment and priorities*. Observatoire ÉLF: Genève;

INE, I.P (2012), *Estatísticas CPLP – 2012*. 3ª Ed.;

INE, I.P (2014), *Estatísticas do Turismo 2013*. Lisboa: Estatísticas Oficiais;

LAZEAR, Edward P. (1997). *Culture and Language*. In: *Journal of Political Economy*. Stanford: Hoover Institution and Graduate School of Business, Stanford University;

LEÃO, Pedro (2011). *A economia portuguesa na primeira década do euro: estagnação interna e desequilíbrio externo*. In: *Le Monde diplomatique*, edição portuguesa, II Série, n.º 60;

LEITE, António Nogueira (2010). *A internacionalização da economia portuguesa*. In: *Política Externa Portuguesa*, n.º 28, Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais, pp 119-132;

MACEDO, Jorge Braga de (2012). *A Língua Portuguesa e o seu valor económico no contexto da lusofonia e da economia global* In: *Livro de Actas, Formando Conhecimento, Diálogos de Internacionalização 2009-2010*. Portugal: AICEP Portugal Global - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, pp. 41-46;

MARSCHAK, J. (1965). *Economics of language*, In: *Behavioral Science*, 2ª Ed. Vol.10. pp. 135–140;

MENDONÇA, António (1998). *Economia Financeira Internacional*. Lisboa: McGraw-Hill;

MENDONÇA, A. e outros (2012). *Portugal, a Europa e a Crise Económica e financeira Internacional*. (Económicas; 21). Lisboa: Almedina;

MOREIRA, Sandrina Brethaut e PEREIRA, Raquel Ferreira (2007). *Investimento Directo português nos PALOP, Quadro referencial de análise dos seus determinantes*. Escola Superior de Ciências empresariais: Instituto Politécnico de Setúbal;

RETO, Luís (coord.) (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, 1ª Ed. Alfragide: Texto Editora;

SILVA, Joaquim Ramos (2002). *Estados e Empresas na Economia Mundial*. Lisboa: Editora Vulgata;

SILVA, Gláucia Alves (2013). *O impacto da língua como variável económica sobre aqueles que a utilizam: Análise do caso IRENA*. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução;

SOUSA, António Rebelo (2006). *Das Variáveis Explicativas do Crescimento da Economia Portuguesa*. In: *Rev. Economia & Empresa*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora;

SOUSA, António Revelo (2013). *Da Economia Portuguesa no Contexto Internacional*. In: *Revista de Economia & Empresa*, N.º 16. Lisboa: Universidade Lusíada Editora;

Anexos

Anexo A – Definição dos 10 parâmetros do Barómetro de Calvet

Citado de Potencial Económico da Língua Portuguesa, páginas 46,47 e 48:

1. “Número de falantes: Trata-se do número de falantes de primeira língua, tal como é enunciado no sítio Ethnologue (<http://www.ethnologue.com/web.asp>);
2. Entropia: É o elemento que quantifica a «desordem». A entropia não está associada ao número global de falantes de uma língua, mas antes ao modo como os mesmos se encontram repartidos na região ou regiões onde a língua em questão é falada. Maior dispersão por países conduz a maior entropia;
3. IDH: Os dados afetos ao índice de desenvolvimento humano, utilizados no barómetro Calvet, encontram-se disponíveis no sítio das Nações Unidas (<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/>). Por outro lado, a fim de se atribuir um valor a cada língua, estabeleceu-se uma média ponderada do índice em cada um dos países onde a língua é falada, com a condição de que o número de falantes, no país considerado, seja pelo menos igual a 1% do número de falantes da língua no mundo;
4. Índice de fecundidade: Mede o número de filhos por mulher. De modo a atribuir um valor a cada língua, o barómetro Calvet – que utiliza dados publicados no sítio das Nações Unidas (<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/>). Estabelece uma média ponderada do índice de fecundidade em cada um dos países onde a língua é falada, desde que o número de falantes no país em questão seja pelo menos igual a 1% do número de falantes da língua no mundo;
5. Índice de penetração da Internet: Corresponde ao número de utilizadores da Internet dividido pela população total do país. Os dados utilizados provêm do

- sítio World Stats (www.internetworldstats.com/stats.htm). O barómetro Calvet estabelece uma média ponderada do índice em cada um dos países nos quais a língua é falada, com a condição de que o número de falantes no país considerado seja pelo menos igual a 1% do número de falantes da língua no mundo;
6. Número de artigos na Wikipédia: Os números utilizados correspondem à soma de todos os artigos publicados na Wikipédia, desde a sua origem até 23 de novembro de 2009;
 7. Línguas oficiais: Foram apenas contabilizadas as línguas oficiais de jure, na lista estabelecida pelo sítio da Université Laval (www.tlfq.ulaval.ca/axl/). Contudo, o barómetro Calvet discorda da lista referida no sítio, no seguinte ponto: por vezes, o sítio em questão contabiliza a mesma língua para um país e para uma ou duas regiões do país em questão;
 8. Prémio Nobel da literatura: Atribui-se o prémio à língua em que o autor escreveu a obra que foi laureada. Os dados aqui utilizados estão disponíveis no sítio <http://nobelprize.org/>;
 9. e 10. Traduções – língua-fonte e língua-alvo: Os dados aqui utilizados encontram-se no sítio da *UNESCO Index translationum* (<http://databases.unesco.org/xtrans/stat/xTransStat.html>).”

Anexo B – Instrumentos de política comercial

1. Direitos Aduaneiros
 - Ad Valorem
 - Especifico
2. Quotas de Importação/de exportação
3. Subsídios diretos à exportação;

4. Subsídios à produção;
5. Direitos antidumping;
6. Barreiras Técnicas:
 - Normas administrativas e regulamentos técnicos
 - Regulamentos sanitários e fitossanitários, de vigilância animal e vegetal

Anexo C – Comércio internacional

Quadro C.1 – Rácio comércio total/PIB, PT

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012,PO	2013, PE
PIB Portugal, Milhões de euros	93.216,5	101.145,9	110.376,5	118.661,4	127.316,9	134.471,1	140.566,8	143.471,7	149.312,5	154.268,7	160.855,4	169.319,2	171.983,1	168.529,2	172.859,5	171.126,2	165.107,4	165.690,0
Comércio Total, Milhões de euros	57.406,20	64.389,90	71.866,90	76.530,90	87.671,00	89.285,10	89.267,30	89.018,80	96.168,90	99.859,30	113.397,90	122.543,00	128.926,50	106.952,90	121.548,50	129.598,30	128.762,50	132.986,70
Rácio Comércio Total/PIB, %	61,58	63,66	65,11	64,50	68,86	66,40	63,51	62,05	64,41	64,73	70,50	72,37	74,96	63,46	70,32	75,73	77,99	80,26

Fonte: Elaboração própria a partir da publicação AICEP (2014), *Relações Económicas Bilaterais com a CPLP 2009-2014 (Janeiro a Julho)*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalle.aspx?documentId=43bac94e-f371-4e45-9a9a-3f36a99d8a40> (consultado em: Setembro 2014) e INE (2014), *Quadro A.1.1.1 - Produto interno bruto a preços de mercado, preços correntes, anual*. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=cn_quadros&boui=220636512 (consultado em: Setembro 2014).

Quadro C.2 - Taxa de cobertura, PT

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012,PO	2013,PE
Total Importações	32.042,4	36.316,3	41.041,9	44.393,3	50.832,2	51.532,1	50.469,7	49.388,0	54.294,2	57.190,5	63.685,2	68.044,8	73.124,7	59.717,2	67.439,1	68.537,9	64.880,4	65.633,5
Total Exportações	25.363,8	28.073,6	30.825,0	32.137,6	36.838,8	37.753,0	38.797,6	39.630,8	41.874,7	42.668,8	49.712,7	54.498,2	55.801,8	47.235,7	54.109,4	61.060,4	63.882,1	67.353,2
Taxa de Cobertura (%)	79,16	77,30	75,11	72,39	72,47	73,26	76,87	80,24	77,13	74,61	78,06	80,09	76,31	79,10	80,23	89,09	98,46	102,62

Fonte: Elaboração própria a partir da publicação AICEP (2014), *Relações Económicas Bilaterais com a CPLP 2009-2014 (Janeiro a Julho)*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=43bac94e-f371-4e45-9a9a-3f36a99d8a40> (consultado em: Setembro 2014) e INE (2014), *Quadro A.1.1.1 - Produto interno bruto a preços de mercado, preços correntes, anual*. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=cn_quadros&boui=220636512 (consultado em: Setembro 2014).

Quadro C.3 – Exportações de PT para CPLP

	2009	2010	2011	2012, PO	2013, PE
Total Bens	2.972,7	2.880,7	3.540,7	4.339,8	4.574,2
Total Serviços	1.415,3	1.838,7	2.265,8	2.600,8	2.708,7
Total Bens e Serviços	4.388,00	4.719,40	5.806,50	6.940,60	7.282,90

Fonte: AICEP (2014), *Relações Económicas Bilaterais com a CPLP 2009-2014 (Janeiro a Julho)*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=43bac94e-f371-4e45-9a9a-3f36a99d8a40> (consultado em: Setembro 2014).

Quadro C.4 – Exportações de PT, Milhões de euros

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012, PO	2013, PE
Total Bens e Serviços	25.363,8	28.073,6	30.825,0	32.137,6	36.838,8	37.753,0	38.797,6	39.630,8	41.874,7	42.668,8	49.712,7	54.498,2	55.801,8	47.235,7	54.109,4	61.060,4	63.882,1	67.353,2
Total Bens	20.494,0	22.694,0	24.399,7	25.297,0	28.909,0	29.554,1	30.202,0	31.020,5	32.413,8	32.750,4	37.670,3	40.342,8	40.999,7	33.716,9	39.421,3	45.098,6	47.674,1	49.984,8
Total Serviços	4.869,8	5.379,7	6.425,3	6.840,6	7.929,8	8.198,9	8.595,6	8.610,3	9.460,9	9.918,4	12.042,4	14.155,4	14.802,1	13.518,8	14.688,1	15.961,8	16.208,0	17.368,4
Percentagem de Bens, (%)	80,80	80,84	79,16	78,71	78,47	78,28	77,85	78,27	77,41	76,75	75,78	74,03	73,47	71,38	72,85	73,86	74,63	74,21
Percentagem de serviços (%)	19,20	19,16	20,84	21,29	21,53	21,72	22,15	21,73	22,59	23,25	24,22	25,97	26,53	28,62	27,15	26,14	25,37	25,79

Fonte: Elaboração própria a partir da publicação INE (2014), *Quadro A.3.1 - Saldo externo de bens e serviços, preços correntes, anual*. Disponível em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=97114181&att_display=n&att_download=y (consultado em: Setembro 2014).

Quadro C.5 - Peso do comércio internacional com CPLP, PT

	2009	2010	2011	2012, PO	2013, PE
Exportações da CPLP/Exportações Totais (%)	9,2	8,7	9,5	10,9	10,8
Importação da CPLP/Importações Totais (%)	2,9	3,6	5	6,6	6,7

Fonte: Elaboração própria a partir da publicação AICEP (2014), *Relações Económicas Bilaterais com a CPLP 2009-2014 (Janeiro a Julho)*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=43bac94e-f371-4e45-9a9a-3f36a99d8a40> (consultado em: Setembro 2014).

Quadro C.6 - Peso das exportações para CPLP, em relação ao PIB de PT

	2009	2010	2011	2012 PO	2013 PE
CPLP Exportação Bens+Serviços / PIB português (%)	2,5	2,6	3,3	4,1	4,3

Fonte: Elaboração própria a partir da publicação AICEP (2014), *Relações Económicas Bilaterais com a CPLP 2009-2014* (Janeiro a Julho). Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=43bac94e-f371-4e45-9a9a-3f36a99d8a40> (consultado em: Setembro 2014).

Anexo D – IDE e IDEP

Quadro D.1 - IDE em PT, Milhões de Euros

	2009	2010	2011	2012	2013	Jan/Mar 2013	Jan/Mar 2014
Investimento Bruto	32.018	39.622	43.087	47.656	30.109	6.919	6.236
Investimento Líquido	1.498	1.998	8.021	7.002	2.345	521	770
ID CPLP	447,7	1.879,3	-66,1	404,6	257,3	N/A	N/A
Peso IDE CPLP, %	1,4	4,7	-0,2	0,8	0,9	N/A	N/A

Fonte: Elaboração própria a partir da publicação AICEP (2014), *Ficha do país, Junho 2014* Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/pt/biblioteca/livrariadigital/portugalfichapais.pdf> (consultado em: Setembro 2014) e AICEP (2014), *Relações Económicas Bilaterais com a CPLP 2009-2014* (Janeiro a Julho). Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=43bac94e-f371-4e45-9a9a-3f36a99d8a40> (consultado em: Setembro 2014).

Quadro D.2 - IDEP, Milhões de Euros

	2009	2010	2011	2012	2013	Jan/Mar 2013	Jan/Mar 2014
Investimento Bruto	7.700	9.790	19.560	15.966	14.048	1.408	2.709
Investimento Líquido	588	-5.658	10.722	451	1.075	714	1.137
Na CPLP	1.385,5	2.492,6	1.639,7	1.650,6	605,7	N/A	N/A
Peso IDEP CPLP, %	17,8	25,5	8,4	10,3	4,3	N/A	N/A

Fonte: Elaboração própria a partir da publicação AICEP (2014), Ficha do país, Junho 2014 Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/pt/biblioteca/livrariadigital/portugalfichapais.pdf> (consultado em: Setembro 2014) e AICEP (2014), *Relações Económicas Bilaterais com a CPLP 2009-2014* (Janeiro a Julho). Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=43bac94e-f371-4e45-9a9a-3f36a99d8a40> (consultado em: Setembro 2014).

Anexo E - Fluxos populacionais

Gráfico E.1 - População Imigrante em PT, 2013, percentagem

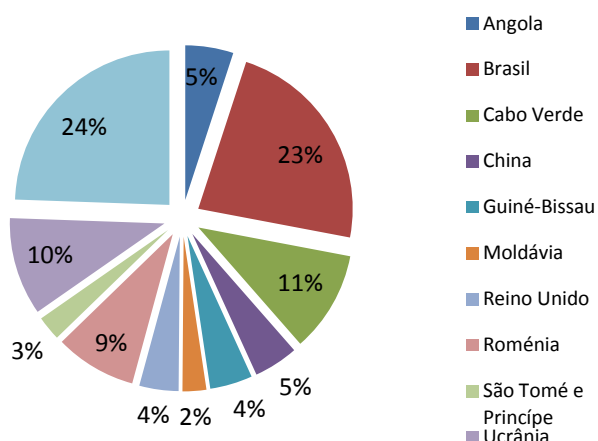
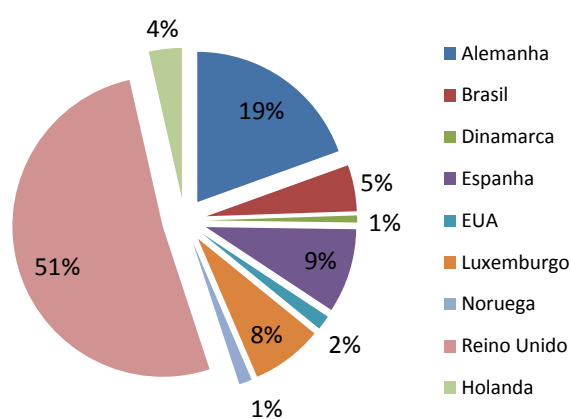


Gráfico E.2 - População portuguesa emigrante, por país de destino, 2013, percentagem



Fonte: Elaboração própria através da publicação Observatório da Emigração (2014), *Emigração Portuguesa, Relatório Estatístico 2014*. [Disponível em: http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/?newsId=3924&fileName=OEm_EmigracaoPortuguesa2014_RelatorioEst.pdf.] (Consultado em: Setembro 2014).

Anexo F – Guião da entrevista ao administrador

Empresa portuguesa: SG Coin – Internacionalização MZ

Guião:

- Quais foram as motivações para iniciar o processo de internacionalização?
- Quais os determinantes na escolha do país, neste caso MZ?
- Quais foram os principais obstáculos no início e ao longo do processo de internacionalização?
- A língua foi um elemento chave e que peso teve aquando da decisão de internacionalização?
- Muita concorrência no seu ramo?
- Quão diferenciador é o produto que oferece?
- A partilha da mesma língua facilita e potencializa as relações? E a que nível?
- Facilidade no acesso ao mercado em questão?
- O país dá resposta às suas necessidades no terreno?
- Comente o ambiente económico e social vivido no país recetor?
- Consegue quantificar o número de portugueses presentes no país?
- Considera a CPLP um destino atrativo para futuros investimentos?
- A empresa recebeu incentivos públicos das autoridades portuguesas para investir em MZ?
- Recorreu a algumas das instituições de apoio à internacionalização?
- Beneficiou de incentivos locais de apoio ao investimento?
- Perspetiva de expansão para outro PLOP?
- Comentários sobre a entrada da GW na CPLP. País atrativo para investir?